



MEDIDAS E MODALIDADES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO IEFP

CURSOS DE APRENDIZAGEM

Caracterização

- Desenvolvimento de ações de formação profissional inicial em **regime de alternância** entre a **entidade formadora** (formação teórica, científica e tecnológica) e a **entidade de apoio à alternância** (formação em contexto de trabalho).
- Oferta formativa com base nos referenciais de formação de dupla certificação, do **catálogo nacional de qualificações**.
- Cursos que conferem o **nível 4 de qualificação** do QNQ* e o ensino secundário.
*Quadro nacional de qualificações
- Os cursos de Aprendizagem permitem, ainda, a seguinte certificação intermédia:
 - 10.º ano de escolaridade, com a conclusão do 1.º período de formação.
 - 11.º ano de escolaridade, com a conclusão do 2.º período de formação.
- Permitem o prosseguimento de estudos numa modalidade de educação e formação, ou de nível superior.

Objetivos

- Reforçar os níveis de qualificação dos jovens e adultos, com vista à melhoria dos seus níveis de empregabilidade, e à (re)integração no mercado de trabalho, bem como ao prosseguimento de estudos.
- Valorizar o potencial formativo em contexto de trabalho, através da participação ativa das empresas e de outras entidades empregadoras no processo formativo, assumindo-as como verdadeiras parcerias.
- Desenvolver e consolidar as aprendizagens de qualidade dos jovens e dos adultos, assente num regime de formação em alternância.
- Aproximar, progressivamente, os jovens e adultos do mercado de trabalho, através da experiência de formação em contexto de empresa.

Destinatários

- Jovens e adultos, com idade até aos 29 anos (inclusive), que tenham o 9.º ano de escolaridade, ou habilitação legalmente equivalente, sem a conclusão do ensino secundário.

Entidade Promotora

- Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP

Entidades Formadoras

- Centros de emprego e formação profissional.
- Centros de formação profissional de gestão participada.
- Entidades formadoras certificadas, públicas e privadas e outras entidades que, pela sua natureza jurídica e âmbito de atuação, não careçam de certificação como entidade formadora.
- Empresas públicas ou privadas ou outras entidades empregadoras (para o desenvolvimento da formação em contexto de trabalho).

Enquadramento Legal

- Portaria n.º 70/2022, de 2 de fevereiro, que regula os cursos de aprendizagem, retificada pela Declaração de Retificação n.º 10/2022, de 9 de março.